

ARQUITECTURA EFÉMERA

— Construções de madeira no final da Idade Média

Por José Custódio Vieira da Silva

O levantamento e análise dos problemas ligados ao conceito e às manifestações da festa na sociedade tardo-gótica, desenvolvidos no Seminário de História da Arte Medieval que o Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão, no âmbito do mestrado de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, regeu no ano lectivo de 1988-89, sugerem-me algumas considerações sobre um tema que, até agora, não tem sido alvo de atenção na sua globalidade. Refiro-me às construções de madeira, estruturas efémeras erguidas em ocasiões em geral festivas e que, pelas descrições que delas nos dão notícia, permitem, talvez, apelidá-las de autêntica arquitectura de madeira.

Ao tentar alinhar algumas ideias sobre este tema, penso poder prestar, desta forma, a minha homenagem ao Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão — à sua intuição, ao seu saber, à sua permanente insatisfação e questionar constante dos problemas artísticos, à sua preciosa amizade, devo muito do meu percurso intelectual.

1. O final da Idade Média parece cada vez mais assumir-se como uma época de grande energia criadora. É uma sociedade em mudança que, a par da consciência, mesmo que difusa, de certas transformações que nela se operam, se preocupa, curiosamente, em manter e até reavivar aspectos tradicionais que, em última análise, se tornam fonte legitimadora

dessa mudança. Época de paradoxos, de tomadas de posição por vezes antagónicas, é nessa contradição que se encontra, precisamente, a sua grande riqueza¹.

Neste contexto, a *festa* (que tem a sua curiosa antítese na *tristeza*, o mal melancólico que «é uma doença característica dos fins da Idade Média»)² assume-se como uma das facetas mais elucidativas para a compreensão da sociedade tardo-gótica. Quer as manifestações religiosas, particularmente as procissões, quer as festas profanas (progressivamente *sacralizadas*) constituem-se em acontecimentos dotados de grande espectacularidade, numa condensação *ritual* que pretende intervir na definição de novos momentos-força do viver colectivo³. A consciência desta situação é bem visível nos cronistas que, de Fernão Lopes a Garcia de Resende, vão alargando nas suas crónicas o espaço (e até o entusiasmo) concedido a algumas dessas ocasiões de festa. A este facto, aliás, se fica a dever, em grande medida, a possibilidade de avaliar a importância que a arquitectura de madeira terá desempenhado no viver colectivo da sociedade tardo-medieval.

Efémere era a festa; efémere era, também, a arquitectura que ela originava. Mas se o brilho do espectáculo se reflectia, como em espelho, nessas construções de madeira, também estas contribuía para o deslumbramento que a memória colectiva se encarregava de perpetuar. A descrição exaustiva, e em capítulo próprio da Crónica, da grande sala de madeira erguida em Évora para os esponsais do filho de D. João II, não pode ser entendida apenas como um sinal do poder do rei ou da admiração pessoal que Garcia de Resende lhe devotava; ela terá de ser entendida também pela sua condição de arquitectura de madeira que, *como tal*, excedia, pela sua grandiosidade, tudo o que até aí fora visto. Este exemplo é, aliás, o culminar de uma situação que, ao longo do século XV, parece progressivamente tornar-se mais notória: a importância que o trabalho da madeira — particularmente a arquitectura efémere usada em dias de festa — adquire no contexto das manifestações artísticas.

¹ Veja-se, para este problema, F. W. Fischers e J. J. M. Timmers, *Le Gothique Tardif, entre le Mysticisme et la Réforme*, Paris, Albin Michel, 1976 e José Custódio Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

² Joseph M. Piel, «Introdução» ao *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, p. XVIII.

³ Para análise da problemática de algumas destas festas medievais vejam-se, entre outros, Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma Visão de Conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d. e *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*, Lisboa, INCM, 1986 e ainda Jacques Heers, *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

2. Em Outubro de 1451 chegavam a Lisboa dois enviados do imperador Frederico III para, como procuradores, receberem por esposa a infanta D. Leonor, filha de D. Duarte. Um deles — Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão do imperador — escreveu circunstanciado relato de toda a viagem⁴. Na descrição que faz das festas sumptuosas organizadas por D. Afonso V em Lisboa, por motivo do casamento de sua irmã, merece particular destaque o paço de madeira propositadamente construído para servir de residência ao rei: «Et venerunt sic per civitatem processionaliter ad unum palatium magnum, ex lignis et asseribus ad hoc constructum, cum duabus turribus altis. Turres et tecturae palacijerant coopertae cum bono panno griseo et nigro, intinctis auro et argento, in quo Palatio Rex habitabat»⁵. A explicação para a construção deste palácio efémero não pode, naturalmente, encontrar-se na inexistência de outras moradias nobres na capital do Reino. O paço da Alcáçova, o paço dos Duques e outros existentes em Lisboa seriam suficientes para albergar todos os convidados. Aliás, as cerimónias mais importantes das festas do casamento decorreram alternadamente em alguns desses edifícios. A explicação passará, antes, pela necessidade de D. Afonso V manifestar o seu poder e magnificência através da construção de um palácio grandioso, ainda que de existência efémera limitada ao tempo de duração das festas. A par dos cortejos, recebimentos, jantares e jogos, esse paço de madeira era o sinal, entre todos mais duradouro, da grandiosidade do acontecimento oferecido a toda a população de Lisboa, o objecto materializado da essência da própria festa: era a «casa das festas da eperatriz»⁶. O relato do capelão de Frederico III parece confirmar esta ideia, quando insiste no facto de o paço de madeira ter sido erguido apenas para esse momento: «Dominus Rex Portugalliae fecit grande convivium, in quodam palatio, specialiter illo tempore constructo, quod palatium tapetis diversorum colorum et imaginibus figurarum et historiarum intextis, pulcherrime ornatum erat»⁷.

Assente em estacaria, com duas altas torres cobertas de panos cinzentos e negros pintados a ouro e prata, o palácio alteraria, por completo, a fisionomia tradicional da cidade, originando um impacto urbanístico

⁴ António Caetano de Sousa, «Diário da viagem, e jornada da Infanta D. Leonor, Emperatriz da Alemanha», in *Provas Genealógicas...* Tomo I, Livro III, Coimbra, Atlântida Editora, 1947, pp. 331-350. Consulte-se também a tradução efectuada por Luciano Cordeiro, *Uma Sobrinha do Infante, Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

⁵ António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 341.

⁶ F. M. Sousa Viterbo, «D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, Lisboa, 1909, p. 435.

⁷ António Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 345.

que as palavras de Nicolau de Valckenstein facilmente deixam perceber. A madeira de que era construído possibilitava, por outro lado, uma escala monumental («palatium magnum... cum duabus turribus altis») que os paços de pedraria existentes talvez não exhibissem.

3. Em 27 de Novembro de 1490 entrava em Évora a filha dos Reis Católicos. Para o seu casamento com o príncipe D. Afonso, preparara el-rei D. João II as maiores «honras, festas e ceremonias que nunca a outra Princesa, nem Raynha forão feitas»⁸. De entre esses preparativos avultavam duas construções de madeira: uma, a grandiosa *sala de madeira*, suficientemente espaçosa para receber, em banquetes que ficaram célebres, todos os convidados régios; a outra, uma fortaleza também de madeira, destinada a servir de pousada aos oficiais do rei.

A sala de madeira, descrita por Garcia de Resende no capítulo CXVIII da sua *Crónica*, ocupava a horta do Mosteiro de S. Francisco. Com cerca de 67,5 metros de comprimento, 16,90 de largura e 15,80 de altura, foi construída com grandes e fortes mastros trazidos de Lisboa, sendo as paredes, entre os mastros, feitas de taipa; na cobertura utilizaram-se mastros mais delgados, tudo «calafetado, e breado como nao de madeyra, que não podia chouer nella gotta d'agoa»⁹. No interior, a sala, para além de toda revestida de «ricos e fermosos lambeis, cousa noua, que parecia muyto bem polla differença que tinha dos brocados e tapeçaria»¹⁰, dispunha (no topo sul, fronteiro à grande porta de entrada) de um grande estrado real que ocupava toda a largura da parede e ao qual se acedia por «muitos degraus». Lateralmente, dois grandes arcos em cada parede serviam para a música de cordas, enquanto os metais se distribuíam por um grande cadafalso à esquerda da porta de entrada. Defronte deste, a copa, «ha maior que nunca vi»¹¹; ao longo da sala, estrados altos, protegidos por grades, recebiam catorze grandes mesas (sete de cada lado), com os assentos encostados às paredes. A iluminação, finalmente, era obtida com cerca de trezentas tochas e brandões que tornavam a sala tão clara como se fosse de dia.

A grandiosidade desta construção, mesmo tendo em conta o seu carácter efémero, deverá ter impressionado vivamente os contemporâneos; o próprio Garcia de Resende, para além da atenta descrição na *Crónica*

⁸ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânia*, Lisboa, INCM, 1973, p. 156.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 162.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, *ibidem*.

de *D. João II*, dedica-lhe de novo alguns versos na *Miscelânea* — «E que sala de madeira, / que ficara por memoria, / real em tanta maneira, / de perfeições tam inteira, / de tanta mundana gloria?»¹² —, o que parece não deixar dúvidas quanto ao aparato e carácter excepcional desta arquitectura de madeira.

De qualquer modo, é a importância e a qualidade do trabalho dos mestres carpinteiros desta época que ganham, talvez, uma dimensão inesperada. Se a sala era espectacular pela grandiosidade das suas dimensões, a mesma espectacularidade parece sobressair de um pormenor que não escapou à observação de Garcia de Resende: os trabalhos de miniatura que, no segundo banquete oferecido na referida sala, ornamentavam as mesas. Eram trinta tendas e catorze castelos, todos cheios de iguarias, destacando-se o castelo da mesa do meio: com forma de turbulo, era feito de «madeira sutil, e pano de tafeta dourado, com tantos chapiteos, e bandeyras, tudo dourado, que era muyto fermosa cousa, e de muyto custo»¹³. O destino dado a essas construções em miniatura, que pareciam concorrer com trabalho de ourives, é também revelador da qualidade do trabalho dos artistas que as realizaram: entregues a pessoas que os pediam, foram colocados, a modo de troféus, em mosteiros e igrejas «em que estiveram muyto tempo pendurados, e pareciam muyto bem»¹⁴.

Uma outra grande construção de madeira se ergueu em Évora por essa mesma altura. Na praça escolhida para cenário das justas reais (a actual Praça do Geraldo), levantou-se a *teia* régia, decorada com as cores e o símbolo do rei e, para cenário bélico desses jogos guerreiros, uma verdadeira fortaleza, «pregada na praça como fortaleza de guerra»¹⁵. Ocupava todo o vão da Rua dos Mercadores, «as casas onde ora he a camara, e as outras da outra parte»¹⁶ e, como um verdadeiro castelo, possuía também as suas torres e cubelos. Infundas bandeiras a decoravam, atingindo o espectáculo o seu momento mágico à noite, quando a luz de «muytas e claras lanternas» parecia incendiar por fora a fortaleza, concorrendo com a iluminação também festiva da própria praça. «Cousa muyto fermosa», comenta o cronista; deslumbramento de luz e cor, apetece acrescentar. É que, para além do seu carácter *decorativo*, a fortaleza foi também aproveitada para instalar os oficiais do rei, que nela pou-saram durante a realização dos festejos do casamento: «tudo era rica-

¹² Idem, *ibidem*, p. 340.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 175.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 177.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

mente armado com ricas camas» e dentro da fortaleza se passaram também muitas festas, banquetes e prazeres.

Se, por um lado, estas festas confirmam o carácter espectacular que a Idade Média emprestou a esses momentos de celebração colectiva, num procedimento ritual que, de certa forma, se manteve até aos dias de hoje, ter-se-á de aceitar, por outro, a realidade de uma *arquitectura de madeira* especialmente vocacionada para ampliar os efeitos cénicos da magia desses momentos.

4. No entanto, essa arte de construir não terá ficado limitada a edifícios necessários a essas ocasiões festivas. Uma carta escrita por Afonso de Albuquerque a D. Manuel, em 30 de Setembro de 1512, permite questionar a existência de uma tradição de construções militares em madeira, neste caso directamente ligada ao esforço militar que a Expansão e os Descobrimentos exigiam. Embora já publicada, valerá a pena transcrever de novo essa missiva.

«Senhor

A mim me disseram que Vossa Alteza tinha hum castelo de madeira que abastaria pera cinquent'omeens ou sesemta terey em merce a Vossa Alteza mamdar mo porque he cousa muito necesarea pera logo segurar qualquer cousa de que quiserdes que lancemos mão e daly em diamte lavar se a fortaleza ou qualquer outra obra que comprir porque ja por vezes me vy em gram necessidade diso e aimda pera qualquer lugar que comprir destruir se de todo nam ha hy nenhũa cousa tam booa como he meter demtro hum castelo de madeira pera dy ho poer per terra e levamtar ho castelo de madeyra se comprir leixa lo e pera quaesquer outras cousas piquenas e grandes omde se comprir ter cimquent'omens ou sesemta. Todavia mo mande Vosa Alteza porque asy em Malaca Ormuz e em Goa sempre vy desposysam e cousa em que me fora muy proveitoso portamto vos beijarey as mãos. Todavia me se a Deus aprouver eu ho terey melhor gramjeado do que qua foy a vinda de madeira que qua mamdastes e venha muy concertado e mestre dele que ho sayba concertar com 'ho armemos e nam seja muito grande.

Esprita em Cochim a xxx dias de Setembro de 1512.

Feytura e servidor de Vosa Alteza

Afonso d'Albuquerque»¹⁷.

¹⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 302-303.

Ressalta deste documento, sem dúvida, a tática militar portuguesa na utilização de fortalezas de madeira: fáceis de transportar, fáceis de erguer, possibilitavam ataques rápidos e eficazes e uma utilização repetida em todos os locais que o justificassem. Com capacidade para 50 ou 60 homens, necessitavam, no entanto, de um técnico especializado que as soubesse erguer e consertar após cada utilização. É o que se depreende da observação de Afonso de Albuquerque, pedindo que D. Manuel envie, com o castelo de madeira, «mestre dele que ho sayba concertar com'o armemos».

5. Estes exemplos de *arquitectura de madeira* do final da Idade Média poderiam ser confirmados e ampliados com muitos outros, retirados de Crónicas e demais documentos. Os casos analisados, no entanto, poder-se-ão considerar, pela sua importância e dimensão, paradigmáticos de uma importante tradição de construir em madeira que, de modo particular no âmbito das festas espectaculares que a sociedade medieval encenou, teve, inclusive, continuidade nas épocas subsequentes. O que se passava em Portugal era, aliás, comum à Europa: em Junho de 1520, para a entrevista de Henrique VIII com Francisco I no Camp do Drap d'Or, os ingleses construíram um palácio provisório assente num quadrilátero de tijolo com cerca de 100 metros de lado e cujo primeiro andar, destinado aos aposentos régios, tinha paredes de tela pintada montada em quadros de madeira, com cerca de 10 metros de altura. Mais de três meses durara a construção deste palácio¹⁸!

Compreender-se-á também melhor o alcance dos trabalhos em madeira, ao longo do século XV, se se tiver presente o grande esforço de construção naval em que os portugueses estavam empenhados, mercê da tarefa dos Descobrimientos. A importância que essa mão-de-obra qualificada grangeou é demonstrada pela quantidade de carpinteiros e calafates portugueses ao serviço da corte de Borgonha: em 1439-40 encontravam-se aí a trabalhar quarenta desses mestres, de acordo com o recenseamento que deles fez Joaquim de Vasconcelos¹⁹.

Neste contexto, a observação de Riccardo Averini parece ganhar outro alcance: ao comparar a arquitectura do período manuelino com a sua congénere centro-europeia, afirma assemelhar-se a construção das

¹⁸ Sydney Anglo, «Le Camp du Drap d'Or et les Entrevues d'Henri VIII et de Charles V», in *Les Fêtes de la Renaissance*, vol. II, Paris, CNRS, 1975, pp. 116-117.

¹⁹ Joaquim de Vasconcelos, *Albrecht Dürer e a sua influência na Península Ibérica*, 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp. 5-6.

igrejas portuguesas a uma gigantesca operação de carpintaria naval²⁰! Esta transposição de motivos e de técnicas de carpintaria para a arquitectura e, particularmente, para a escultura decorativa, poderá ser, afinal, uma das indicações mais precisas da influência dos Descobrimentos na Arquitectura portuguesa deste período. Não propriamente de motivos marítimos ou de exotismos de outras paragens, como uma historiografia mais tradicional defendeu com insistência e que Paul Évin, sobretudo, há muito contestou²¹, mas através de mestres carpinteiros empenhados e de mão adestrada à construção das naves das Descobertas. Esta *promiscuidade* é, aliás, ainda bem notória no Regimento dos Oficiais Mecânicos da Cidade de Lisboa, de 1572: no capítulo XXXIV, dedicado aos Pedreiros e Carpinteiros, proíbe-se, no artigo 19, que os pedreiros tomem as obras dos carpinteiros e estes as daqueles, para «evitar diferenças entre os officiaes e o dano que disso se segue aa rēpublica»²².

De resto, a influência do talhe da madeira na decoração escultórica da arquitectura manuelina e isabelina já havia sido detectada quer por historiadores da Arte portugueses quer espanhóis. De João Barreira e Mário Tavares Chicó a Pedro Dias e de Leopoldo Torres Balbás a Fernando Chueca Goitia, todos insistem no papel que a carpintaria teve na decoração deste período: «técnica de carpinteros, de tallistas, transpuesta a la piedra, repetimos, fué la que creó muchas de las decoraciones arquitectónicas isabelinas», afirma Leopoldo Torres Balbás²³; «o que é verdadeiramente original é o modo como são interpretados os motivos extraídos dos cadeirais e dos grandes retábulos góticos de talha dourada: os vários arcos abatidos e polilobados, as pequenas esculturas alegóricas e os baldaquinos aguçados e aéreos que protegem imagens de expressão triste e de proporções atarracadas que largos panejamentos envolvem», acrescenta Mário Tavares Chicó²⁴.

²⁰ ...«come se la costruzione delle chiese fosse una gigantesca operazione di carpenteria navale». Riccardo Averini, «Storia dell'Arte Portoghese», in *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, 31-32, 1970, p. 43.

²¹ Paul Évin, «Faut-il voir un symbolisme maritime dans la décoration manuéline?» in *XV.º Congrès International d'Histoire de l'Art*, vol. II, Lisboa-Porto, 1949, pp. 193-198.

²² Virgílio Correia, *Livro dos Regimētos dos Officiaes Mecanicos da Mui Nobre e Sēpre Leal Cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 108.

²³ Leopoldo Torres Balbás, «Arquitectura Gotica», in *Ars Hispaniae*, vol. VII, Madrid, Plus-Ultra, 1949, p. 326.

²⁴ Mário Tavares Chicó, *História da Arte em Portugal*, vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1948, pp. 305-306.

A importância que os mestres carpinteiros detêm na arte do final da Idade Média, assim explicitada, permite, pois, entender o destaque que a arquitectura de madeira, nesse mesmo período, alcançou. Essencialmente ligada a ocasiões de festa ou a momentos marcantes do viver social, ela caracterizava-se, de acordo com os exemplos apresentados, por uma grandiosidade que tinha tanto de espectacular como de efémero. Mas que permite não só chamar a atenção para o papel que esta arquitectura efémera desempenhou no final da Idade Média como para a influência que terá tido na *construção do espectáculo* que a Arte Barroca levará, talvez, até ao limite.

